

## LIBERDADE E ENGAJAMENTO NA TEORIA LITERÁRIA DE J.-P. SARTRE

Thiago Henrique de Camargo ABRAHÃO

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (câmpus de São José do Rio Preto)  
henrique\_filosofia@hotmail.com

**Resumo:** Trataremos de dois conceitos empregados por Jean-Paul Sartre (Paris, 1905–1980), a liberdade e o engajamento, para explicar a natureza, a importância e o alcance da literatura segundo o filósofo e escritor francês. De acordo com os ensaios de teoria e crítica literária do autor, os escritores, enquanto homens livres a recusarem um determinismo que priva o ser humano de suas próprias iniciativas e responsabilidades, não mais poderiam se colocar distantes, ou fora, da história. No contexto do século XX, Sartre considerou a literatura como tomada de consciência de uma conjuntura alienante e conformista, um meio pelo qual o escritor recorreria à liberdade do leitor para fazer deste um ser consciente de sua situação existencial, possibilitando-lhe compreendê-la e mesmo mudá-la; daí que escrever é agir. Em relação com a liberdade, e a negar a perspectiva kantiana de “prazer sem interesse”, o engajamento, enquanto ação afirmativa da responsabilidade humana no mundo, faz com que a literatura não seja contemplação desinteressada, mas comprometimento ético, instrumento de conscientização histórico-social, pois ao escritor caberia não apenas testemunhar, mas, também, contribuir com mudanças a partir da ação que se segue ao reconhecimento e à compreensão da realidade pela literatura.

**Palavras-chave:** Teoria literária; Jean-Paul Sartre; liberdade; engajamento.

Jean-Paul Sartre (Paris, 1905–1980) embasou seus romances nos ditames de seu pensamento existencialista e em suas ideias a respeito da literatura, considerando a escrita romanesca, cuja tarefa seria a de apresentar-se como meio para possíveis soluções simbólicas dos conflitos existenciais do homem, uma possível via de desvelamento do mundo e de afirmação da liberdade humana. A partir de uma relação dialética entre autor e leitor, Sartre apontou que essas duas partes incitam-se reciprocamente, o que levaria ao fato de que a liberdade de um, quando manifesta, desvendaria a liberdade do outro.

O filósofo e escritor francês pretendeu, com isso, considerar uma teoria do romance existencial a partir da qual, dentre outros fatores, abandonou-se a posição narratorial onisciente, bem como se empregou uma técnica de composição romanesca fundada em uma metafísica da liberdade a recusar todo traço de determinismo no decorrer da narrativa. Evidenciam-se, por conseguinte, romances voltados para as inquietações humanas imersas em uma época de grandes conturbações políticas, sociais e culturais, na qual, por meio de uma arte engajada, o autor fomentaria, de acordo com um pacto de generosidade entre ele e o leitor, a reflexão crítica e a responsabilidade humana.

É exatamente a questão da liberdade, cara tanto à filosofia quanto à literatura de Sartre, que se faz necessária no tocante ao engajamento, pois se por um lado o existencialismo a tem como pedra angular de seus preceitos, condenando o homem a ser livre e responsável por seus atos, por outro lado, e em convergência, em sua teoria literária a liberdade também é requisito essencial para se entender a relação que se estabelece entre escritor e leitor na compreensão da obra literária, afirmando, com isso, a possibilidade de a literatura elucidar a realidade.

Os aspectos teóricos acerca da Literatura defendidos por Sartre embasam a ideia de que a escrita literária (especificamente o exercício da prosa, que se serve das palavras antes de servi-las, como faz a poesia), por se tratar de um exercício de representação da realidade humana, assenta-se no desvendamento, na revelação do mundo: “Falar é agir: toda coisa que

se nomeia não é mais a mesma, ela perdeu sua inocência. Se você nomeia a conduta de um indivíduo, você a revela a ele: ele se vê”<sup>1</sup> (SARTRE, 1948, p. 27).

Tal revelação não deve ser entendida por um viés metafísico-religioso, mas, antes, por uma perspectiva pragmática a tencionar mudanças sociais. Escrever é engajar-se, participar do, no e para o mundo, e ler é tornar-se cúmplice do autor, pois autor e leitor, enquanto seres em uma situação sócio-histórica, não podem inocentar-se a respeito do que acontece na realidade: “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e ninguém possa considerar-se, nele, inocente”<sup>2</sup> (SARTRE, 1948, p. 30). O ato de escrever leva em consideração, portanto, a ação sobre os leitores, de modo que o texto literário é entendido como estopim de indignação no e do leitor, inserindo este em sua condição propriamente humana, isto é, livre.

Sartre afirma, além disso, que “um dos principais motivos da criação artística é certamente a necessidade de nos sentir essenciais em relação ao mundo”<sup>3</sup> (SARTRE, 1948, p. 34); entretanto, essa essencialidade buscada pelo autor se completa apenas com a participação do leitor, solicitando que este participe da problemática levantada e se coloque como coautor do texto. O autor, portanto, “escreve para se endereçar à liberdade de seus leitores e a requer para que faça existir sua obra”<sup>4</sup> (SARTRE, 1948, p. 58). Esta solicitação se traduz como um pacto de generosidade firmado entre autor e leitor, ambos exigindo-se e confiando um no outro.

Note-se, também, que Sartre define a situação do escritor enquanto ser histórico capaz de estabelecer um contato histórico entre seus leitores, também seres históricos, por meio dos fatos, dos costumes, das instituições e dos pensamentos que aborda em suas obras, não devendo, por conseguinte, alienar-se de sua contemporaneidade. Assim, se a obra, a partir da mensagem que quer passar, é direcionada a leitores em situação, seres históricos como o autor, a eficácia de uma obra literária se sujeita aos ajustes feitos em se tratando das expectativas dos leitores, a comporem “um público que tenha a liberdade de tudo mudar”<sup>5</sup> (SARTRE, 1948, p. 163).

Como se nota, a perspectiva apresentada acima também é encontrada, ainda que sob a roupagem objetiva e não ambígua, no discurso filosófico, na relação existencialista entre o homem, condenado a ser livre, e a necessidade que o leva a produzir significados. Sartre, por isso, propõe que a leitura consista em um movimento de franca liberdade a partir do qual o escritor requisita não uma liberdade meramente abstrata, mas, sim, a doação generosa da pessoa do leitor.

Ao entender que todo ser humano forma um todo a partir de sua situação econômica, política, social, cultural e biológica que, interpenetrando-se, resultam em sua situação, importa, para o Sartre romancista, o tratamento do homem enquanto um universal concreto, um indivíduo que, como os protagonistas de seus romances (caso de Roquentin, em *La nausée*, ou Mathieu, na trilogia *Les chemins de la liberté*), está lançado em um mundo contingente que exige a manifestação da liberdade humana: “a literatura é a única que consegue representar o homem como singular universal, justamente por ser ambígua, por falar de um determinado homem e com isso alcançar ‘o homem’” (SOUZA, 2003, p. 161).

<sup>1</sup> “Parler c’est agir : toute chose qu’on nomme n’est déjà plus tout à fait la même, elle a perdu son innocence. Si vous nommez la conduite d’un individu vous la lui rélevez: il se voit.” (As traduções aqui reproduzidas são de nossa responsabilidade.)

<sup>2</sup> “La fonction de l’écrivain est de faire en sorte que nul ne puisse ignorer le monde et que nul ne s’en puisse dire innocent.”

<sup>3</sup> “Un des principaux motifs de la création artistique est certainement le besoin de nous sentir essentiels par rapport au monde.”

<sup>4</sup> “Ainsi l’auteur écrit pour s’adresser à la liberté des lecteurs et il la requiert de faire exister son œuvre.”

<sup>5</sup> “Il faut qu’il écrive pour un public qui ait la liberté de tout changer.”

Ao tencionar a fuga de uma postura universalista abstrata, que condicionaria formas de vida massificadas por obrigar os homens a “viver[em] no mundo ‘inautêntico’ que criam, um mundo de temores transformados em certezas e pretensões” (ALBÉRÈS, 1958, p. 81), Sartre orientou seu pensamento para a busca de uma nova compreensão capaz de acolher a diferença sociocultural, embasando-se em uma imagem do sujeito como sujeito situado que, à luz de um universalismo concreto, real, traduzir-se-ia em uma liberdade em situação a acarretar uma responsabilidade de todos para com todos e de cada um em respeito a si mesmo como pessoa concreta e ética.

Disso se segue a questão do engajamento, que tomou corpo a partir do esboço publicado na *Présentation des Temps modernes*, em 1948, alcançando profundidade nos ensaios posteriores que constituem o ensaio *Qu’est-ce que la littérature ?* Nesses trabalhos, Sartre desenvolve a ideia de uma moral da responsabilidade, uma vez que as palavras (e também os silêncios) do escritor — homem situado política, social e existencialmente em sua época — apresentam repercussões, ressonâncias. Dito de outro modo, a literatura só se justifica, na visão de Sartre, se tiver uma função eminentemente social. Contudo, o caráter político do engajamento não deve ser visto como única motivação para que escritores e obras sejam engajados.

De uma perspectiva lata, engajar-se, para Sartre, não significa necessariamente criticar e atuar politicamente (embora o possa), mas, antes, conscientizar-se da responsabilidade humana por todo e qualquer ato (palavra) e mesmo pelo não ato (silêncio). Todo homem, então, está engajado, apesar de não necessariamente ter consciência disso, e a literatura, nesse sentido, ajudaria a evidenciar aos leitores seu (deles) engajamento. A prosa literária é engajada no sentido de desvendar o homem ao próprio homem, tirando-lhe o véu que lhe encobre certas ilusões e, no vazio aberto, criar algum sentido para a condição humana em sua contingência.

O escritor, por sua vez, é engajado no sentido de que revela a responsabilidade do homem a ele mesmo, ainda que dela ele tente fugir, devendo mostrar a liberdade humana e sua angústia inerente, o que, em suma, apresenta, à sociedade leitora, uma consciência infeliz. Segundo Sartre, o escritor engajado é aquele que “abandonou o sonho impossível de fazer uma pintura imparcial da Sociedade e da condição humana”<sup>6</sup> (SARTRE, 1948, p. 28). Ademais, é aquele que conhece o poder de ação de sua palavra, que esta age desvendando o mundo, e que este desvendamento provocado traduz-se em negar a inocência do objeto a ser desvendado — bem como a inocência daquele que desvenda.

Fato é que a discussão sobre arte engajada (ou não) tem raízes mais antigas, figurando nas discussões de Aristóteles (384–322), cujos escritos já demonstravam a relação intrínseca existente entre o trabalho artístico e a organização social, e de Horácio (65–8), para quem é impossível desconsiderar o impacto social quase imediato causado pela obra de arte. Os que, ainda assim, defendem o não engajamento da literatura, acreditam, em resumo, que há um perigo, para a obra literária, ao se subordinar interesses artísticos a interesses puramente panfletários capazes de transformar a obra literária em um comício — e o livro, seu palanque.

Sabemos, no entanto, que a arte engajada o é não necessariamente em seu âmbito político, o que nos permite ignorar tal crítica por esta sofrer dos efeitos de uma miopia intelectual que embaça as ideias que não se encontram em seu limitado campo de visão. Suas críticas apontam também que, ao se relacionar com o contexto social, a obra engajada acaba por ser datada, o que significa, em última instância, que dela a humanidade não poderia fazer uso na posteridade, dado que seu (da obra e da humanidade) pano de fundo está em constante mudança. Todavia, “se um romance tem boas qualidades, à parte sua preocupação com um

---

<sup>6</sup> “Il a abandonné le revê impossible de faire une peinture impartiale de la Societé et de la condition humaine.”

problema social particular, a posteridade readquirirá o conhecimento necessário para sua compreensão”<sup>7</sup> (WHITING, 1948, p. 87).

Aos que defendem o engajamento, porém, consideram crítica e honestamente que, apesar de não poder modificar diretamente a realidade, a literatura, ao apontar e criticar, tem o poder de provocar a reflexão diante de um mundo em crise e reinventar os alicerces de uma época — revisitando o passado, reconsiderando o presente e projetando o futuro. A literatura é capaz, pois, de fazer as pessoas reavaliarem o próprio comportamento — e, indiretamente, a(o menos a sua) realidade —, não apenas denunciando os abusos, mas, também, desvendando o sentido relativo dos valores que regem o mundo humano. Isso, vale lembrar, é conseguido porque a literatura, naturalmente ambígua, ao representar o homem como um singular universal, é capaz de falar de um determinado homem (um personagem) e, dessa maneira, alcançar “o homem”, além de explicitar *suas* complexidades de modo crítico.

Não se pode perder de vista que essa noção de literatura engajada se coloca sob o pano de fundo de contextos sociais crispados por convenções a se oferecerem como máscaras cômodas a dissimularem o real e alienarem o homem. O escritor, portanto, não apenas tem consciência de sua geração e de seu momento histórico, mas, também, não deve ficar alheio às controvérsias que agitam seu tempo, pois apenas assim abre-se a possibilidade de ele encarnar “uma geração que crê na regeneração”<sup>8</sup> (NOUDELDMANN, 2004, p. 46), uma geração situada em uma época na qual é, e sempre será (ou deveria ser), imperativo que “o princípio de todo *esclarecimento* seja a *negação* da resposta pronta” (SILVA, 2003, p. 12) — afinal, a convivência é a expressão orwelliano para a aceitação do inaceitável. Em resumo,

a posição do objeto imaginário — a criação literária — é possível graças à liberdade que o artista tem de negar o mundo existente. A recíproca dessa negação é a construção de um outro mundo que, como espelho crítico, reflete o mundo real mas de modo a que o leitor seja remetido não às determinações que comumente o alienam, mas à liberdade necessária para julgar a si mesmo e ao mundo, recompondo-os num esforço estético de compreensão. (SILVA, 2003, p. 67)

Mas o que garantiria que uma obra literária engajada tenha caráter eminentemente literário e não meramente panfletário? Para István Mészáros (1930–), “o verdadeiro trabalho do escritor engajado é [...] revelar, desmistificar, e dissolver mitos e fetiches num banho ácido crítico” (MÉSZAROS, 1991, p. 28). Isso significa que o escritor (Sartre, por exemplo), com suas obras, fornece um espelho crítico e uma consciência infeliz à sociedade que o lê, revelando aos indivíduos dessa mesma sociedade a responsabilidade por seus atos e pelos atos alheios, configurando exatamente o engajamento promovido por seus escritos.

Nesse sentido, o escritor deve mesmo evitar fazer de seus livros um panfleto político, uma propaganda de tal ou tal partido, pois isso o vincularia a tal ou tal partido e negaria sua liberdade de, enquanto escritor, requisitar a liberdade dos outros. Dito de outro modo,

a obra de arte tem seu aspecto ético não porque deve deixar de ser arte (e, portanto imaginário) para ser panfleto, mas porque em seu movimento de negação e afastamento do mundo, permite uma mais profunda compreensão da realidade humana e exige um posicionamento a respeito dessa compreensão, de nossos atos. (SOUZA, 2010, p. 95)

<sup>7</sup> “[I]f a novel has good qualities apart from its concern with a particular social problem, posterity will re-acquire the knowledge necessary for comprehension.”

<sup>8</sup> “D’une certaine manière, il incarne une génération qui croit en la régénération.”

Ademais, a obra de arte, enquanto objeto estético, se situa no campo do imaginário, que, apesar de recorrer ao mundo real e com ele edificar uma relação de dependência (recíproca) — afinal, a obra de arte é a representação do mundo —, não se confunde com ela: para imaginar, parte-se da realidade; para compreender melhor a realidade, alia-se a esta a imaginação criativa; são, como se nota, campos distintos mas interligados. Se, por um lado, a obra meramente panfletária exige que o grito do conteúdo sacrifique o sussurro da forma, a obra eminentemente engajada busca no uníssono da forma e do conteúdo a forma de sua expressão de revolta<sup>9</sup>.

Problematizado e problematizador, o texto literário é, para Sartre, resultado de uma criação (artística) que, assim como a leitura, não se coloca como um ato alheio à percepção do mundo e à produção de sentidos. Desde que o leitor, assim como o autor, seres históricos que são, não se alienem a respeito da contemporaneidade em que vivem, segue-se que ter consciência de sua própria situação é uma tarefa essencial para que o desvendamento do mundo, proposto pela escrita sartriana (e embasado em uma filosofia da imaginação), ocorra, visto que as palavras, as coisas, as instituições, as ideias, o mundo, “adquirem estatutos distintos segundo as diferentes maneiras da intencionalidade humana, conforme as diferentes formas de a consciência se postar frente aos objetos” (DUARTE JR., 2008, p. 11).

Nessa relação entre escritor e leitor, este deve evitar uma condição de alienação, de passividade no ato de ler (ainda que possa, livre que é, aceitar tal passividade), pois a leitura não se resume, como vimos, na recepção indiferente de conteúdos previamente elaborados. Importa, para Sartre, que o leitor, a partir de sua liberdade, não apenas se posicione quanto às questões que lhe digam respeito, pois importa, sobretudo, a *necessidade* de se posicionar — o que, vale dizer, se coloca como um imperativo ético atual, visto que a convivência mantém a cumplicidade com o *status quo*.

Desse modo, compreender a existência humana por meio do texto literário não seria mera assimilação de um dado, mas o comprometimento com uma tarefa a ser feita, não apenas contemplada. O leitor é, portanto, assumido como contraparte fundamental da criação literária: “o artista deve confiar a outrem a necessidade de concluir o que começou, pois é somente por meio da consciência do leitor que pode se apreender como essencial à sua [do artista] obra”<sup>10</sup> (SARTRE, 1948, p. 53). É pela solicitação fundamental da liberdade do leitor que este é capaz de “passar para a existência objetiva o desvendamento [empreendido pelo escritor] por meio da linguagem”<sup>11</sup> (SARTRE, 1948, p. 53), tornando-se colaborador na produção da obra.

Como observa Jacques Deguy, “Sartre teve o grande mérito de ligar criação e recepção, de refletir sobre o circuito da comunicação literária, de considerar um gênero como um horizonte de expectativa para o público”<sup>12</sup> (DEGUY, 2010, p. 15). Em virtude desse ponto de vista, o autor nunca conta e esclarece tudo o que poderia contar e esclarecer, posto que ao leitor cabe a tarefa de preencher as lacunas que propositalmente ficam à mostra. O livro, assim sendo, passa a ser não uma ferramenta, um meio a partir do qual é visado algum fim,

<sup>9</sup> Temos um claro exemplo disso em *A peste*, de Albert Camus, romance que pode ser lido como uma alegoria a respeito da ocupação francesa pelos nazistas (a peste como a ocupação, os ratos como os nazistas, a cura como a libertação). Sua forte carga crítica não obnubila, no entanto, a técnica romanesca do autor, fundada em uma construção narrativa esteticamente sóbria e pertinente. Não se sacrifica, pois, o aspecto artístico em prol do político.

<sup>10</sup> “L’artiste doit confier à un autre le soin d’accomplir ce qu’il a commencé, puisque c’est à travers la conscience du lecteur seulement qu’il peut se saisir comme essentiel à son œuvre.”

<sup>11</sup> “Pouvoir qu’il [le lecteur] passe passer à l’existence objective le dévoilement que j’ai [l’écrivain] entrepris par le moyen du langage.”

<sup>12</sup> “Sartre eut le grand mérite de lier ainsi création et réception, de réfléchir sur le circuit de la communication littéraire, de considérer un genre comme un horizon d’attente de la part du public.”

mas ele “se propõe como fim à liberdade do leitor”<sup>13</sup> (SARTRE, 1948, p. 54): diante do discurso com o qual Sartre manifesta ideias filosóficas de acordo com sua teoria literária, o leitor pode, também, encontrar um discurso que se esconde sob as estratégias argumentativas usadas, completando as lacunas que se abrem ou criando novas a fim de participar da construção de sentido da narrativa.

Em suma, a questão aqui colocada, direta ou indiretamente, repousa, por fim, em um apelo quanto à importância humana, psicológica, social, cultural e política da Arte, este fazer subjetivo que germina de nossa necessidade demasiado humana de nos fazer compreender. Daí que “as ideias nunca deveriam ser mercadorias, mas, sim, um meio para transformar a realidade”<sup>14</sup> (SOUZA, 2004, p. 76), um meio (ético) que é, também, um fim (estético) em si mesmo. E, se considerado o real *valor* da obra literária socialmente cônica (de si, esteticamente, e do mundo, eticamente), poderemos dizer, sem receio: por um grande livro, não podemos passar impunemente. Tanto melhor.

### Referências bibliográficas

- ALBÉRÈS, R.-M. *Jean-Paul Sartre*. Trad. Heitor Martins. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1958.
- DEGUY, J. *Sartre: une écriture critique*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2010.
- DUARTE JR., J. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- MÉSZAROS, I. *A obra de Sartre: busca da liberdade*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- NOUDELDMANN, F. Que nous disent aujourd’hui Jean-Paul Sartre et Simone de Beauvoir ? In: *Diogenes*, n. 216, p. 44–49, 2004.
- SARTRE, J.-P. *La nausée*. Paris: Gallimard, 1938.
- \_\_\_\_\_. Présentation des *Temps modernes*. In: \_\_\_\_\_. *Situations*, II. Paris: Gallimard, 1948.
- \_\_\_\_\_. Qu’est-ce que la littérature ? In: \_\_\_\_\_. *Situations*, II. Paris: Gallimard, 1948.
- SILVA, F. Metafísica e história no romance de Sartre. In: MIRANDA, C. *Dossiê Cult: filosofia contemporânea*. São Paulo: Editora 17, 2003.
- \_\_\_\_\_. Palavra do professor. In: ALVES, I.; JACOBELIS, P.; BELO, R.; SOUZA, T. (Org.). *O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- SOUZA, P. Sartre, “el comprometido”. In: *Umbral - Revista de Educación, Cultura y Sociedad*, n. 7, p. 74–76, 2004.
- SOUZA, T. A literatura para Sartre: a compreensão da realidade humana. In: ALVES, I. S.; JACOBELIS, P. G.; BELO, R.; SOUZA, T. (Orgs.). *O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ética e estética no pensamento de Sartre. In: *Revista Estudos Filosóficos*, n. 4, p. 84–96, 2010.
- WHITING, C. The case for “engaged” literature. In: *Yale French studies*, n. 1, p. 84–89, 1948.

<sup>13</sup> “Il [le livre] se propose comme fin à la liberté du lecteur.”

<sup>14</sup> “[L]as ideas que nunca debían ser mercadería y sí un medio para transformar la realidad.”